

# Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011

1

<b>Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal)</b>	<b>Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011</b>	<b>Texto final do substitutivo definitivamente adotado, consolidando as Emendas nº's 1, 2, 5, 11 e 13 – CCJ, aprovadas no turno suplementar</b>
	Altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante.	Altera o Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 ( <i>Código de Processo Penal</i> ), para determinar o prazo <b>máximo</b> de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante <b>pela autoridade policial competente e dá outras providências</b> .
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
		<b>Art. 1º</b> O <u>art. 304 do Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 outubro de 1941</u> , passa a vigorar com a seguinte redação:
<b>Art. 304.</b> Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto.  ..... § 3º Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas, que tenham ouvido sua leitura na presença deste.		“ <b>Art. 304</b> .....
		.....
		§ 4º O preso tem o direito de ser assistido por defensor, público ou particular, durante o seu interrogatório policial, podendo lhe ser nomeado defensor dativo pela autoridade policial que presidir o ato.
		§ 5º Todo preso será submetido a exame de corpo de delito cautelar, realizado por perito-médico oficial, onde houver, ou médico nomeado pela autoridade policial, preferencialmente da rede pública de saúde.



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011

2

<b>Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal)</b>	<b>Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011</b>	<b>Texto final do substitutivo definitivamente adotado, consolidando as Emendas nº's 1, 2, 5, 11 e 13 – CCJ, aprovadas no turno suplementar</b>
		§ 6º Após a lavratura do auto de prisão em flagrante pela autoridade policial, proceder-se-á na forma do art. 306, ficando o preso à disposição do juiz competente, em estabelecimento prisional previsto na <a href="#">Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984.</a> " (NR)
	<b>Art. 1º</b> O § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:	<b>Art. 2º</b> O art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:
<b>Art. 306.</b> A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.	“ <b>Art. 306.</b> .....	“ <b>Art. 306.</b> A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente <b>pela autoridade policial responsável pela lavratura do auto de prisão em flagrante ao juiz competente, ao Ministério Público e à Defensoria Pública quando não houver advogado habilitado nos autos, bem como à família do preso ou à pessoa por ele indicada.</b>
§ 1º <b>Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização</b> da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.	§ 1º <b>No prazo máximo de vinte e quatro horas depois</b> da prisão, o preso deverá ser conduzido à presença do juiz competente, <b>ocasião em que deverá ser apresentado o auto de prisão em flagrante acompanhado de todas as oitivas colhidas</b> e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.	§ 1º <b>Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização</b> da prisão, será encaminhado pela autoridade policial ao juiz competente e ao Ministério Público o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública <b>respectiva</b> .
§ 2º No mesmo prazo, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.	.....”(NR)	§ 2º O descumprimento do prazo previsto para a apresentação do preso perante o juiz competente, por si só, não enseja o relaxamento da prisão.
		§ 3º No mesmo prazo, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade <b>policial</b> , com o motivo da prisão, <b>capitulação jurídica</b> , o nome do condutor e os das testemunhas.
		§ 4º Imediatamente após a lavratura do auto de prisão em flagrante, diante da alegação de violação aos



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011

3

<b>Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal)</b>	<b>Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011</b>	<b>Texto final do substitutivo definitivamente adotado, consolidando as Emendas nº's 1, 2, 5, 11 e 13 – CCJ, aprovadas no turno suplementar</b>
		direitos fundamentais da pessoa presa, a autoridade policial em despacho fundamentado determinará a adoção das medidas cabíveis para a preservação da integridade do preso, além de determinar a apuração das violações apontadas, instaurando de imediato inquérito policial para apuração dos fatos, requisitando a realização de perícias, exames complementares, também determinando a busca de outros meios de prova cabíveis.
		§ 5º No prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a lavratura do auto de prisão em flagrante, o preso será conduzido à presença do juiz para ser ouvido, com vistas às medidas previstas no art. 310 e para que se verifique se estão sendo respeitados seus direitos fundamentais, devendo a autoridade judiciária tomar as medidas cabíveis para preservá-los e para apurar eventual violação.
		§ 6º Na audiência de custódia de que trata o parágrafo quarto, o juiz ouvirá o Ministério Público, que poderá, caso entenda necessária, requerer a prisão preventiva ou outra medida cautelar alternativa à prisão, em seguida, ouvirá o preso e, após manifestação da defesa técnica, decidirá fundamentadamente, nos termos do art. 310.
		§ 7º A oitiva a que se refere o parágrafo anterior será registrada em autos apartados, não poderá ser utilizada como meio de prova contra o depoente e versará, exclusivamente, sobre a legalidade e necessidade da prisão; a prevenção da ocorrência de tortura ou de maus-tratos; e os direitos assegurados ao preso e ao acusado.



## **Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011**

4



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011

5

<b>Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal)</b>	<b>Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011</b>	<b>Texto final do substitutivo definitivamente adotado, consolidando as Emendas nº's 1, 2, 5, 11 e 13 – CCJ, aprovadas no turno suplementar</b>
		oitivas colhidas e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.” (NR)
		<b>Art. 3º</b> O <a href="#">art. 350 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941</a> , passa a vigorar com a seguinte redação:
<b>Art. 350.</b> Nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes dos <a href="#">arts. 327 e 328 deste Código</a> e a outras medidas cautelares, se for o caso.		“ <b>Art. 350.</b> Nos casos em que couber fiança, a autoridade que a arbitrar, verificando a hipossuficiência econômica do preso, poderá dispensar o recolhimento do valor arbitrado, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 e à medida cautelar prevista no inciso I do art. 319, todos deste Código.” (NR)
Parágrafo único. Se o beneficiado descumprir, sem motivo justo, qualquer das obrigações ou medidas impostas, aplicar-se-á o disposto no § 4º do art. 282 deste Código.		
	<b>Art. 2º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	<b>Art. 4º</b> Esta Lei entra em vigor: I – na data de sua publicação, nos Municípios que forem sede de Comarca; e II – após doze (12) meses da data da sua publicação nos Municípios que não forem sede de Comarca.

